

ROTEIRO-PAÍS DA UNIÃO EUROPEIA PARA O ENVOLVIMENTO COM A SOCIEDADE CIVIL 2014 – 2017

BRASIL

RESUMO

1. PROCESSO

Concebidos como uma iniciativa conjunta entre a União Europeia (UE) e os Estados Membros, os roteiros procuram garantir um diálogo mais estratégico com a sociedade civil. O Parlamento Europeu, também, expressou o seu apoio ao processo.

Os roteiros pretendem conceber um quadro estratégico comum para o compromisso das delegações da UE e os Estados Membros com a sociedade civil nos países parceiros, a fim de melhorar o impacto, previsibilidade e visibilidade da ação europeia.

Além disso, os roteiros procuram melhorar a coerência da cooperação europeia com a sociedade civil, em relação ao conjunto dos instrumentos e programas. Também visam conseguir uma melhor coordenação e intercâmbio de boas práticas com os Estados Membros e outros atores internacionais. Os roteiros abordam todos os países da América Latina, Caribe, Ásia, Pacífico e a região de vizinhança da Europa.

Este roteiro-país terá a função de guiar estrategicamente a cooperação da Delegação da UE e dos Estados Membros, no Brasil, entre 2014 e 2017. Atualizações periódicas serão realizadas.

A elaboração do roteiro foi feita em consulta com os representantes das organizações da sociedade civil brasileira e seus principais fóruns e redes, principalmente a ABONG. Em 2013, oito consultas públicas foram realizadas pela delegação da UE no Brasil, para além do contato regular que a Delegação mantém com as organizações da sociedade civil. Além disso, um questionário específico foi construído e disponibilizado no site da Delegação da UE, para recolher contribuições de ONGs. A Delegação da UE também mantém contato regular com a academia, não só em Brasília, mas em outras partes do país.

As embaixadas dos Países Membros, em Brasília, foram igualmente consultadas e participaram da elaboração do documento.

2. CONTEXTO BRASILEIRO

O Brasil é um país diverso e marcado por desigualdades. A sua sociedade civil é pró-ativa e abarca um grande número de organizações, movimentos sociais e redes de pessoal altamente qualificado, os quais possuem uma experiência sólida na gestão de fundos de origem privada, pública e estrangeira. Organizações da Sociedade Civil (OSC) brasileiras são notáveis por sua capacidade de desenvolver soluções novas, criativas e adaptadas localmente a problemas de desenvolvimento. Essas organizações também são politicamente muito ativas e muitas vezes influenciam a formulação de políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal.

De acordo com o projeto de pesquisa FASFIL (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos), lançado em dezembro de 2012, e realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Política), com a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) e GIFT (Grupo de institutos, Fundações e empresas), naquele ano havia mais de 320.000 OSCs operando no Brasil. Concentradas principalmente no Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), sendo menos presentes na região Norte (4,9%) e no Centro (6,5%) do país. Do total, apenas cerca de 14,6% foram explícita e diretamente envolvidas com questões relacionadas ao desenvolvimento e defesa de direitos. Cerca de 28,5% eram entidades geridas diretamente pelos serviços da igreja ou entidades religiosas; 15,5% atuaram na área de associações patronais e profissionais; e 12,7% estavam envolvidas com atividades de cultura e lazer.

A redução da pobreza e fortalecimento da democracia no Brasil estavam entre os objetivos das agências de cooperação internacional na década de 1990 e muitas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e organizações sociais beneficiaram de financiamentos disponíveis. No entanto, durante as últimas duas décadas, o rápido crescimento econômico do Brasil levou à redistribuição do financiamento da cooperação internacional com os países e regiões mais pobres do mundo e, portanto, o financiamento internacional para as OSCs brasileiras diminuiu drasticamente. Embora a sustentabilidade financeira seja um dos problemas centrais da OSC, na última década, o governo brasileiro e as fundações privadas criaram uma série de fontes de financiamento novas e consistentes para o financiamento de projetos da sociedade civil, especialmente nas áreas ambiental e climática.

Ao mesmo tempo, e como consequência da melhoria da situação econômica do Brasil, o financiamento do Governo tornou-se a fonte de financiamento mais importante para muitas organizações da sociedade civil no Brasil, permitindo, assim, às OSC serem mais ativas na implementação de serviços sociais, em nome do Governo. No entanto, este processo abriu um debate público sobre o papel das organizações da sociedade civil em um país como o Brasil, já que, no entendimento de muitas OSCs, as mesmas não devem substituir o Estado em suas atribuições, argumentando que isto enfraquece sua autonomia e sua posição ao dialogar com o Governo.

3. PRIORIDADES

3.1 Reforço das capacidades das OSCs

Prioridade: Capacidade das OSC brasileiras para desempenhar seus papéis como atores relevantes para o desenvolvimento são reforçadas.

Indicadores:

☞ Nível de sustentabilidade das OSC em três dimensões fundamentais: 1) transparência e prestação de contas; 2) gestão de programas (planejamento e monitoramento orientado para resultados, gestão financeira, etc.) e 3) financeira (diferenciação de fontes, maior acesso a fundos internacionais, governamentais e privados, e mobilização de recursos dentro da própria sociedade civil) alvejados por projetos das rubricas orçamentais temáticas e outras iniciativas da UE.

➤ Número e extensão de redes e coalizões de organizações da sociedade civil, representando as minorias e grupos marginalizados e periféricos alvejados pelos projetos das linhas orçamentais temáticas e outras iniciativas da UE que foram reforçadas.

3.2 Influência sobre políticas públicas

Prioridade: a participação das OSCs em nível nacional, local (municipal e estadual), internacional (incluindo a cooperação para o desenvolvimento) e as políticas setoriais são melhoradas e ampliadas.

Indicadores:

➤ Número e tipos de espaços democráticos para o controle social, discussões regulares e abertas com as autoridades brasileiras e influência sobre as políticas públicas fortalecidas por contribuições das rubricas orçamentais temáticas e outras iniciativas da UE.

➤ Número e tipos de políticas públicas impactadas (ou seja fortemente influenciadas) por demandas, propostas e visões das OSCs alvo dos projetos das linhas orçamentais temáticas e outras iniciativas da UE a nível nacional e local.

3.3 Promoção dos Direitos Humanos

Prioridade: a sociedade civil brasileira reforçou os seus papéis na promoção dos Direitos Humanos, tendo como alvo cinco grupos vulneráveis: crianças, mulheres, povos indígenas, LGBTI e defensores dos direitos humanos.

Indicadores:

➤ Número e tipos de iniciativas inovadoras e bem sucedidas relacionadas com a promoção dos Direitos Humanos apoiado pelas rubricas orçamentais temáticas e outras iniciativas da UE.

➤ Número de pessoas (mulheres / homens) pertencentes a grupos vulneráveis e socialmente excluídos alvo dos projectos das rubricas orçamentais temáticas e outras iniciativas da UE que melhoram a consciência dos seus direitos e tornam-se politicamente engajados.

3.4 Inovação e desenvolvimento sustentável

Prioridade: Iniciativas inovadoras para reduzir a pobreza e a desigualdade em um contexto de desenvolvimento sustentável são consolidadas e geram impactos sociais e económicos.

Indicadores:

➤ Número de pessoas (mulheres / homens) que vivem em situação de pobreza ou risco social, com melhorias em suas habilidades profissionais e com renda individual aumenada alvejadas pelos projetos das linhas orçamentais temáticas e outras iniciativas da UE.

➤ Número e tipos de iniciativas inovadoras para a promoção do desenvolvimento equitativo e sustentável consolidado alvejadas pelos projetos das rubricas orçamentais temáticas e outras iniciativas da UE (incluindo sul-sul / iniciativas de cooperação triangular em parceria com Estados Membros da UE).